SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEAP N.º 1.044

DE 08 DE AGOSTO DE 2024.

REGULAMENTA O PROCESSO DE COLETA DE INFORMAÇÕES E INSERÇÃO DE DADOS NO SISDEPEN - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENAIS DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo SEI-210001/061878/2024.

CONSIDERANDO:

- a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, art. 24, inciso I: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário (...);
- a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 10: da assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade (...);
- a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 71: do Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (...);
- a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 72: das atribuições do Departamento Penitenciário Nacional:
 - I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional (...);
 - III - assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei;
 - IV - colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais (...);
- a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 74: do Departamento Penitenciário local, ou órgão similar, tem por finalidade supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais da Unidade da Federação a que pertencer;
- a Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, art.1º: dos dados e informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança deverão

ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento da execução da pena. (...);

- a Lei Complementar nº 206, de 21 de julho de 2022, art. 2º, inciso II, dos princípios que norteiam a Polícia Penal: atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada com os órgãos de segurança pública e defesa social (...);

- a Lei Complementar nº 206, de 21 de julho de 2022, art. 3º, das funções institucionais específicas do órgão Policial Penal:

II – fiscalização, investigação e controle do cumprimento da execução penal, quando o apenado estiver recolhido em estabelecimento penal, ainda que em regime aberto ou semiaberto (...);

VI – fiscalização do cumprimento das penas alternativas e/ou medidas cautelares, inclusive de monitoramento eletrônico (...);

XVII – realização das atividades administrativas inerentes à competência e atribuição da Polícia Penal;

- a Nota Técnica nº 188/2022/COATR/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, que trata do esclarecimento acerca do preenchimento dos dados do SISDEPEN (...):

(...) que o SISDEPEN é a plataforma de estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro, responsável pela sintetização de informações acerca dos estabelecimentos penais e população carcerária (...);

- a Resolução SEAP/RJ nº 999, de 22 de junho de 2023, art.1º Normatiza o acesso ao Sistema de Identificação Penitenciária - SIPEN/RJ, no âmbito da SEAP;

- a Resolução SEAP/RJ nº 999, de 22 de junho de 2023, art. 8º - que os servidores que tiverem a atribuição específica de inserir e atualizar os dados no SIPEN, deverão observar os prazos estabelecidos, serão responsabilizados civil, penal e administrativamente, caso não cumpram com suas obrigações funcionais;

- a Resolução SEAP/RJ nº 999, de 22 de junho de 2023, art. 13 - que compete a SEAP/COOCECL (atual SEAP/SUPCL) analisar e propor as alterações e atualizações no SIPEN – Módulo Cadastro de Preso, junto à Superintendência de Tecnologia da Informação – SEAP/SUPTI, a fim de proporcionar melhorias e aumentar a eficiência dos Serviços de Classificação;

- a Resolução SEAP/RJ nº 999, de 22 de junho de 2023, art. 17 - Os servidores lotados nos Serviços de Classificação e Tratamento das unidades prisionais e hospitalares tem a atribuição de efetuar o cadastro e atualização dos dados de presos e egressos no SIPEN, referente às informações prisionais e jurídicas;

- a Resolução SEAP/RJ nº 999, de 22 de junho de 2023, art. 25 - Compete ao Chefe do Serviço de Classificação e Tratamento, supervisionar e orientar os servidores lotados no setor, quanto a inserção e atualização de dados, nos prazos previstos, no SIPEN – Módulo cadastro de Presos;

- a necessidade de realizar ações, projetos, pesquisas e estudos que visem qualificar o serviço penal prestado pelo Estado, assim como as atividades e

procedimentos adotados no âmbito da SEAP/RJ, com a finalidade de interlocução, articulação e interação entre os setores;

- a necessidade de acompanhar, monitorar, avaliar e revisar, quando necessário, as práticas e procedimentos adotados no âmbito da SEAP/RJ, adequando-os às diretrizes da política penitenciária nacional, às normas legislativas e entendimentos doutrinários inerentes ao sistema penal;

- a necessidade de padronizar e regulamentar o processo de coleta de informações e inserção dos dados no SISDEPEN - Sistema Nacional de Informações Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais;

RESOLVE:

Art. 1º. O SISDEPEN - Sistema Nacional de Informações Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais é uma ferramenta de uso gratuito fornecida pelo Ministério da Justiça que visa ao cumprimento da Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012.

Art. 2º. O SISDEPEN tem a finalidade de coletar informações padronizadas para um eficaz mapeamento do sistema penitenciário do país. As informações coletadas são publicadas e ficam disponíveis para consulta da população em geral, além de permitir apoio à gestão prisional, formulação de políticas públicas e acompanhamento do cumprimento da pena privativa de liberdade, da prisão cautelar e da medida de segurança.

Art. 3º. As informações constantes no SISDEPEN, preenchidas pelas Superintendências/ Pontos Focais, subordinadas às Subsecretarias desta SEAP/RJ, dentro de suas respectivas áreas temáticas (Anexo I), devem ser coletadas considerando o período de 06 (seis) meses, ocorrendo 02 (dois) ciclos por ano, sendo eles: o primeiro ciclo ocorre do dia 1º de janeiro a 30 de junho e o segundo ciclo ocorre de 1º de julho a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 4º. A cada ciclo/semestre a Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN solicita à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária os nomes dos servidores que atuarão como ponto focal/contato junto à SENAPPEN.

Parágrafo único. Fica designada a Coordenação Administrativa de Classificação - COOCLA, desta SEAP/RJ, como ponto focal/contato do SISDEPEN junto à SENAPPEN a cada semestre.

Art. 5º. A Coordenação Administrativa de Classificação - SEAP/COOCLA fica designada também para atualizar os nomes das unidades prisionais e dos servidores que atuarão no preenchimento daquele ciclo, após ser informada pelas Superintendências / Pontos Focais acerca das informações e dados referentes às unidades prisionais, hospitalares e administrativas desta SEAP/RJ.

DO ACESSO AO SISTEMA SISDEPEN

Art. 6º. Após abertura do ciclo, mediante ofício encaminhado pela SENAPPEN à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, a SEAP/RJ dará publicidade em Boletim Interno, à todas as unidades prisionais, hospitalares e

administrativas, informando o início da inserção de dados e demais prazos pertinentes.

Art. 7º. Após tomarem ciência da abertura do ciclo, as Superintendências / Pontos Focais, através de seus representantes oficiais, deverão informar, via E-docs, os nomes dos servidores que irão realizar a inserção e/ou conferência dos dados, uma vez que o acesso ao sistema é realizado através de CPF e senha próprios.

Parágrafo único. O acesso ao sistema é realizado pelo endereço eletrônico <https://sisdepen.mj.gov.br/>.

Art. 8º. De posse dessa listagem, a SEAP/COOCLA realizará a manutenção do cadastro dos servidores habilitados ao preenchimento dos dados, referentes aos estabelecimentos penais que estarão vinculados.

Art. 9º. Fica a cargo das Superintendências/ Pontos Focais solicitar à SEAP/COOCLA o bloqueio de acesso ao sistema SISDEPEN para aqueles servidores que não mais atuarem na inserção dos dados do SISTEMA SISDEPEN.

Art. 10. O relatório do SISDEPEN solicita informações para preenchimento on-line em 07 (sete) abas, sobre os seguintes assuntos:

- I - Estabelecimento;
- II - Estrutura física / Equipamentos;
- III - Equipe Administração Penitenciária;
- IV - População Prisional / Entrada, Saída ou Movimentação;
- V - Perfil do Efetivo Carcerário;
- VI - Ações e Assistências de Reintegração Social;
- VII - Outros / Diversos.

Art. 11. Cada uma das seções descritas no artigo anterior tem diversos campos pertinentes àquela área para preenchimento.

§ 1º Os itens referentes à capacidade do estabelecimento e população prisional devem seguir obrigatoriamente o quantitativo diário informado pela SEAP/COOCLA (fonte: SIPEN-Presos), referente ao dia 30 de junho para o 1º ciclo e do dia 31 de dezembro referente ao 2º ciclo do ano.

§ 2º Ao final de cada semestre a SEAP/COOCLA deverá providenciar o relatório diário completo, no qual deve constar capacidade e população, para fins de preenchimento do relatório.

Art. 12. No início de cada ciclo as Superintendências / Pontos Focais e suas respectivas unidades prisionais, hospitalares e administrativas, receberão as orientações para preenchimento referentes às unidades físicas e também no que tange às pessoas presas que estão sob prisão domiciliar e em uso de tornozeleiras eletrônicas.

Art. 13. A coleta de informações e inserção dos dados deve ser realizada com o máximo de cuidado e responsabilidade, a fim de que tenhamos um sistema condizente com a real situação da população prisional do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 14. As unidades administrativas, penais e hospitalares deverão sempre realizar o preenchimento dentro do prazo de finalização, estipulado pela SENAPPEN.

Art.15. Após o período de finalização do preenchimento, a SEAP/COOCLA, terá um prazo para conferência das informações registradas pelas Superintendências / Pontos Focais e suas respectivas unidades prisionais, hospitalares e administrativas que estiverem subordinadas à sua hierarquia institucional, oportunidade para retificar e/ou ratificar os dados informados.

§ 1º Após a conferência, as Superintendências deverão enviar comunicação interna, via E-Docs, para a SEAP/COOCLA, informando que as informações foram conferidas e podem ser validadas por esta.

§ 2º Cada Superintendência / Ponto Focal deve conferir os dados referentes à sua área de atuação.

§ 3º Cada Superintendência / Ponto Focal deve designar, no mínimo, 02 (dois) servidores efetivos, lotados em suas respectivas Superintendências, para terem acesso ao sistema e conferir as informações prestadas.

§ 4º Caso as Superintendências / Pontos Focais , responsáveis pelos dados, não se manifestem no prazo estipulado conforme cronograma da SENAPPEN, os dados serão validados pela SEAP/COOCLA conforme preenchidos pelos estabelecimentos penais.

DO CUSTO DO PRESO

Art. 16. O relatório custo do preso, constante dentro do SISDEPEN, é mensal e deverá ser preenchido no prazo estipulado pela SENAPPEN.

Art. 17. O relatório referente ao custo do preso deverá ser preenchido diretamente pela Diretoria Geral de Administração e Finanças (SEAP/DGAF), no que tange aos dados referentes à capacidade e população prisional, quanto à gestão financeira afetas à sua área.

§ 1º Os itens referentes à capacidade e/ou população prisional devem seguir obrigatoriamente o quantitativo diário da SEAP/COOCLA (fonte: SIPEN-Presos), referente ao último dia de cada mês.

§ 2º O ponto focal responsável por enviar à SENAPPEN quaisquer outras informações a respeito do custo da pessoa presa deverá ser a SEAP/COOCLA, sendo o servidor designado pelo(a) Subsecretário(a) de Tratamento em exercício.

Art. 20. A Coordenação Administrativa de Classificação - SEAP/COOCLA, será a responsável pelo treinamento dos servidores, podendo realizar comunicações às unidades prisionais, hospitalares e administrativas que estiverem subordinadas às Superintendências / Pontos Focais, com fins de esclarecimentos quanto ao relatório do SISDEPEN e/ou demais solicitações condicionadas ao sistema.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor após finalizado o atual 16º ciclo SISDEPEN de sua publicação oficial.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2024.

MARIA ROSA LO DUCA NEBEL
Secretária de Estado de Administração Penitenciária

ANEXO I

SUPERINTENDÊNCIAS / PONTOS FOCAIS E RESPECTIVAS ÁREAS TEMÁTICAS

TEMÁTICA – Estabelecimento, Estrutura Física e Equipamentos:

Superintendência de Logística (SEAP/SUPLOG).

TEMÁTICA – Equipe de Administração e Efetivo de Policiais Penais:

Superintendência de Recursos Humanos (SEAP/SUPRH).

TEMÁTICA - Perfil da População Carcerária, Perfil das Unidades Prisionais:

Superintendência Operacional de Segurança (SEAP/SUPOP).

TEMÁTICA – Tratamento e Assistências:

Superintendências de Tratamento (SEAP/SUPTP), de Gestão em Saúde Penitenciária (SEAP/SUPTPGS) e de Reintegração Social (SEAP/SUPTPRS).

TEMÁTICA – Custo do Preso:

Diretoria Geral de Administração e Finanças (SEAP/DGAF).